



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2018

PROCESSO Nº 133/2018

EDITAL Nº 111/2018

**RBX ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS EIRELLI**, empresa privada, qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, por seu representante legal que esta subscreve, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso interposto por **SUNNY ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI**, o que faz nos seguinte termos:

A recorrente interpõe recurso alegando, em síntese, a existência de irregularidades na documentação contábil apresentada pela recorrida-vencedora, consistente na alteração intempestiva do contrato social, invalidade da CRQ, na ausência de registro do balanço patrimonial e na inexecuibilidade da proposta, ante a constatação de obscuridade da planilha de custos.

A pretensão não deve prosperar.

Não assiste razão   recorrente, a qual apresenta razões completamente destituídas de fundamenta o plausível.

A irregularidades apontadas são inexistentes.

No mérito propriamente dito, passamos a impugnar a motiva o:

#### REGULARIDADE DO CRQ

A recorrente cita uma altera o ocorrida em 02/08/2018, porém transcreve o texto de uma altera o ocorrida em data de 05/09/2018, mostrando total despreparo em tentar se fazer entender, qui a o faz no intuito de impedir ou perturbar o bom andamento deste processo licitatório, estando sujeita às penas do artigo 93 da Lei 8666/93.

A recorrida-vencedora de fato procedeu com as duas altera es indicadas, porém ambas não alteraram qualquer item em sua matriz, ou seja, apenas criaram filiais em outros estados, de modo que não há o que se dizer em “Irregularidade no CRQ”, dado o fato de que o CRN – 3<sup>a</sup> Região não tem qualquer tipo de gerência sobre os CRNs de outros estados. Seguem os textos corretos, extraídos na data de hoje do site da Junta Comercial do estado de São Paulo:

<b>NUM.DOC: 327.595/18-8 SESSÃO: 02/08/2018</b>
ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 42999168007, SITUADA À: RUA JOAO PESSOA, 445, SALA 507, CENTRO, CRICIUMA - SC, CEP 88801-530, COM OBJETO DESTACADO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS, SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS E LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 30/07/2018., DATADA DE: 30/07/2018.
ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 53999071878, SITUADA À: QUADRA 101 CONJUNTO 1, S/N, RECANTO DAS EMAS, BRASÍLIA - DF, CEP 72600-101, COM OBJETO DESTACADO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS, SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS E LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 30/07/2018., DATADA DE: 30/07/2018.
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.
<b>NUM.DOC: 394.067/18-6 SESSÃO: 05/09/2018</b>
ARQUIVAMENTO DE RE-RATIFICAÇÃO: NA CLAUSULA PRIMEIRA DE ALTERACAO, BEM COMO NA CLAUSULA PRIMEIRA DA CONSOLIDACAO, CONSTOU ERRONEAMENTE O ENDEREÇO DA FILIAL 3 COMO SENDO: QUADRA 101 CONJUNTO 1, BAIRRO RECANTO DAS EMAS, BRASÍLIA - DF, CEP 72600-101, QUANDO O CORRETO SERIA: QUADRA 206 CONJUNTO 20, S/N, LOTE 1, BAIRRO RECANTO DAS EMAS, BRASÍLIA - DF, CEP 72610-620.
ENDEREÇO DA FILIAL NIRE PROVISÓRIO 53999071878, SITUADA À QUADRA 101 CONJUNTO 1, S/N, RECANTO DAS EMAS, BRASÍLIA - DF, CEP 72600-101. ALTERADO PARA QUADRA 206, CONJUNTO 20, S/N, LOTE 1, RECANTO DAS EMAS, BRASÍLIA - DF, CEP 72610-620. , DATADA DE: 27/08/2018.
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

Destarte, com a clareza necessária na demonstração da lisura da empresa vencedora do certame, pedimos que esta Douta Comissão negue provimento no que tange a suposta Irregularidade no CRQ apresentado.

### BALANÇO PATRIMONIAL

Quanto à suposta irregularidade na apresentação do Balanço Patrimonial, o instrumento convocatório pede, em seu item 8.1.3, alínea c, “o Balanço Patrimonial, termos de abertura e encerramento e demonstrações contábeis do último exercício social”.

Este mesmo item do referido instrumento obriga a empresa a apresentar o Balanço Patrimonial assinado pelo sócio responsável ou equivalente, o que foi prontamente apresentado dentro do envelope próprio para tal.

Em momento algum o edital determina que o referido documento seja extraído do sistema SPED, até porque este sistema não emite o Balanço Patrimonial anual e sim trimestral, o que, este sim, não atenderia o referido certame. Infelizmente a empresa ora recorrente, aparentemente, não apresenta o conhecimento necessário do sistema SPED, de modo que apenas tenta guiar esta Douta Comissão à escuridão do engano.

O item 8.1.3 do edital, alínea c1, solicita que os licitantes que fizerem a entrega de sua escrituração contábil pelo sistema SPED, apresentem o recibo de entrega emitido pelo próprio sistema, fato cumprido pelo licitante ora vencedor.

Destarte, improcede a pretensão.

### DA PLANILHA DE CUSTOS

Em princípio, o pedido   inepto, porquanto a recorrente suscita a falta de dados informativos na planilha de custos, todavia, contraditoriamente, conseguiu impugnar diversos pontos específicos nela inseridos, o que demonstra total incoerência da argumenta o.

Os argumentos articulados pela recorrente resumem-se em conjecturas, de caráter puramente subjetivo, no sentido de que a proposta da recorrida   inexecuvel, porém sem indicar nenhum fato concreto, capaz de dar suporte às suas alega es.

A planilha apresentada pela recorrida-vencedora foi fundamentada em critérios objetivos, com estimativas baseadas nos custos operacionais, conforme fixados no edital, a qual foi rigorosamente conferida e aceita pela comissão julgadora, declarando-a execuvel.

A recorrida tem vasta experiência na presta o de serviços dessa natureza e adota critérios eficientes na gestão empresarial, os quais já foram testados e aprovados pela Administra o em centenas de contratos firmados e devidamente cumpridos.

Além disso, compete ao próprio pregoeiro, assessorado por técnicos, verificar a execuvelidade e a aceitabilidade da proposta, consoante dispõe o artigo 48, inciso II, da Lei n  8.666/1993 e o artigo 4 , inciso XI, da Lei n  10.520/2002.

Sob este aspecto, depois de realizado juízo de valor, calcado em critérios objetivos, a Comissão Julgadora concluiu pela execuvelidade dos preços praticados.

Nas razões apresentadas, a recorrente simplesmente suscita d vidas e não apresenta nenhum argumento concreto sequer que possa infirmar os dados consignados nas planilhas.

No mais, as planilhas são autoexplicativas e demonstram, de forma objetiva, a execuvelidade dos preços praticados.

Destarte, a motiva o apresentada pela recorrente   improcedente.

No mais, necessários ressaltarmos os verdadeiros objetivos da procedimento licitatrio, posto que a recorrente se valeu de argumentos sutis, porém enganosos, com o único intento de alcançar a contrata o de sua proposta, a preços superiores ao da recorrida.

Pois bem, frisa-se, no caso em apreço, estamos diante de licita o, cujo critério de julgamento   o menor preço.

A legisla o de regência estipula que:

*Art. 3  da Lei n  8.666/93- A licita o destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a sele o da proposta mais vantajosa para a administra o e a promo o do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vincula o ao instrumento convocatrio, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

Segundo a doutrinadora Dora Maria de Oliveira Ramos:

*“  preciso uma enorme dose de bom senso para que se apure, caso a caso, o que pode ser relevado e aquilo que constitui verdadeira infringência às regras do certame. A regra geral será a aceitabilidade das propostas, sendo exce o (naturalmente fundamentada) a desclassifica o”.*

Arrematando, desde logo, ressaltamos que as cláusulas constantes no edital deverão ser interpretadas   luz das disposi es constantes na Lei n  8.666/93:

*Art. 40. O edital conter  no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da reparti o interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execu o e o tipo da licita o, a men o de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documenta o e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:*

*X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixa o de preços máximos e vedados a fixa o de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de varia o em rela o a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1  e 2  do art. 48;*

Pois bem, denota-se que a recorrente busca, a qualquer custo, a rejei o da proposta de lavra da recorrida-vencedora, em condi es mais vantajosas para a Administra o e perfeitamente exequíveis.

Não   demais frisar que, recentemente, objeto da natureza do licitado foi objeto de investiga o pela Polícia Federal e pela n  01/2018, da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES NOS CONTRATOS DA MERENDA ESCOLAR C.P.I. 01/2018 páginas 134/135, *in verbis*:

*“Destacamos a credibilidade que deve ter uma investiga o parlamentar, devidamente consubstanciada nas evidências e na confiabilidade irrefutável da materialidade de provas para segurança e sustenta o às conclusões, sendo inadmissível e imoral a banaliza o e uso de tal mecanismo investigativo como ferramenta puramente política.*

*Estamos tratando do fornecimento de alimentos para crianças, sendo que a qualidade nutricional do que lhes   servido reverbera na saúde física, mental e no desempenho*

*escolar. Logo, qualquer fator que se relacione com a merenda escolar deve ser tratado com enorme responsabilidade.*

*Tamanha a importância deste tema, que educa o e alimenta o constituem direitos previstos na legisla o pátria, inclusive na Constitui o Federal (Art. 208, inciso VII) e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Sendo um dever do Estado (União, Estados e Municípios) a destina o de recursos para a merenda.*

*A alimenta o adequada   um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declara o Universal dos Direitos Humanos (art. 25) e pelo Pacto Internacional de Direitos Econ micos, Sociais e Culturais – PIDESC (art. 11), sendo inerente   dignidade da pessoa humana e indispensável   realiza o dos direitos consagrados na Constitui o Federal. Assim, indiscutível que devia o poder público ter adotado políticas e a oes necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional (Lei n  11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).*

*Portanto, mais do que nunca, a Administra o deve buscar a melhor contrata o pelo menor preço.*

*Ademais, nesta seara, o interesse público deve prevalecer. Tanto   verdade que, o artigo 37, inciso XXI da Constitui o Federal traz em seu bojo diversos princípios que norteiam a administra o pública:*

*“Art. 37. A administra o pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legisla o, as obras, serviços, compras e aliena oes serão contratados mediante processo de licita o pública que assegure igualdade de condi oes a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obriga oes de pagamento, mantidas as condi oes efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualifica o técnica e econ mica indispensáveis   garantia do cumprimento das obriga oes...”*

O artigo 3º e 43, § 3º da Lei 8.666/1993, assim estabelecem:

*Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

A doutrina assim define o objetivo do procedimento licitatório:

O Professor Celso Antônio Bandeira de Mello conceitua a licitação como *“um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem a assumir”*.

Para o eterno mestre Hely Lopes Meirelles, *“licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos”*.

Marçal Justen Filho diz que *“é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção da proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica”*.



José dos Santos Carvalho Filho define que “  o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administra o Pública e aqueles que por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebra o de contrato ou a obten o do melhor trabalho técnico, artístico ou científico”.

Já a Lei 10.520/2002, em seu artigo 4 , inciso XIII, traz o seguinte mandamento:

*XIII - a habilita o far-se-  com a verifica o de que o licitante está em situa o regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprova o de que atende às exigências do edital quanto   habilita o jurídica e qualifica es técnica e econ mico-financeira*

Flagrantemente, todo o acervo de legisla o e de princípios constitucionais existem justamente para proporcionar, materialmente, a contrata o do objeto a ser licitado pelo menor preço, mas desde que atendidas as exigências legais, especialmente no que diz ao correto planejamento dos custos operacionais e fiscais.

A Lei de introdu o às normas do direito brasileiro determina que:

*Art. 5  Na aplica o da lei, o juiz atender  aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.*

Ora, todo o procedimento licitatório deve, pois, ser realizado, visando a contrata o final do licitante que apresentou a melhor proposta, mas que esteja de acordo com os requisitos estampados na Lei e no edital.

Desta forma, de todos os ângulos que se enfoque, a decisão que considerou as recorridas habilitadas deve ser cassada.



Diante do exposto, requer a Vossa Senhoria, se digne, sejam julgadas improcedentes as razões recursais apresentadas pela recorrente, negando-lhe provimento, e procedentes as contrarrazões recursais, em homenagem ao princípio do interesse público e da vincula o aos termos do edital, dando-se seguimento a marcha licitatória.

Termos em que,

Pede Deferimento.

São Paulo, 28 de setembro de 2018

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Bruna", written over a horizontal line.

**RBX ALIMENTA O E SERVIÇOS EIRELI**

**Bruna Aparecida Salgado Moreira**

**Sócia-Diretora**

**RG: 33.048-526-X**